

O LEGADO PECHEUTIANO NO CAMPO EDUCACIONAL: DESVELANDO SENTIDOS NA CONTEMPORANEIDADE

Simone Natividade¹

INTRODUÇÃO

[...] o processo de inclusão escolar e social é um 'movimento em movimento', com ramificações em compromissos individuais em prol dos compromissos coletivos, com a pretensão de resolver as insuficiências de um sistema social, se posicionando como um desejo de completude político/educacional
(ORLANDI, 2014).

A princípio, é oportuno destacar que o artigo é um recorte da minha Dissertação de Mestrado: “O desvelamento do discurso da inclusão no programa governamental Projovem Urbano”² concluída em dezembro de 2014, no Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGE no âmbito da Universidade Federal de Alagoas- UFAL. Teoricamente, este trabalho estabelece diálogo e interface entre duas áreas do conhecimento: Educação e Linguística, este último, especificamente, em Análise de Discurso (AD) de linha francesa, fundada pelo pioneiro Michel Pêcheux. Neste texto, estabelecemos interlocução com Orlandi (2012; 2014), Pêcheux (1975; 2004), dentre outros autores que discutem sobre o atravessamento ideológico no processo de produção de sentido. No campo educacional, adotamos os seguintes autores: Aristóteles (1958), Leher (2008), Netto (2010).

Na esteira do neoliberalismo, precisamente no início do século XXI, se inicia a gestão PT no mandato presidencial, contabilizando, hoje, mais de dez anos no poder – Lula e Dilma Rousseff eleitos e reeleitos. No Governo de Luiz Inácio Lula da Silva,

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGE, Especialista em Educação em Direitos Humanos- EDH, Graduação em Letras- FALE, todos concluídos na UFAL. Integrante do Grupo de Estudos em Discurso e Ontologia- GEDON. Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas- FAPEAL, E-mail: sysyufal_sp@hotmail.com.

² Pesquisa sob orientação da Profa. Dr^a Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante, docente da Pós-Graduação em Linguística e Pós-Graduação em Educação- PPGE ambos na UFAL. Líder do Grupo de Pesquisa: Políticas públicas, história e discurso. E-mail: mdsaoc@gmail.com

surge o Programa Brasil Alfabetizado (2003); em seguida, foi criado o Grupo Interministerial da Juventude, que estudava a possibilidade de uma política pública voltada para a juventude. Em 28 de julho de 2004, foi aprovado o Programa Escola de Fábrica, cujo modelo era restrito à aprendizagem profissional. Em 2004, a Educação Profissional de Nível Médio é regulamentada pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, através do § 2º do art.36 e os artigos. 39 a 41 da Lei de Diretrizes e Base- LDB.

Em 2005, o Projovem surge na sua primeira versão. O programa foi instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005 (BRASIL, 2005). Inicialmente, o programa nasce com o slogan “Conhecimento e Oportunidade para todos”, sendo implantado sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude da Secretária-geral da Presidência da República, em conjunto com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2008). O programa, regulamentado pelo Decreto nº 5.557, de 05/10/2005, obteve parecer favorável da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação CEB/CNE nº 2/2005, de 16/03/2005, aprovado pela Resolução nº 3/2006, de 15/08/2006, como um curso experimental. Em 2008, o programa se torna o Projovem Integrado- PI e é subdividido em quatro modalidades: Projovem Adolescente, Projovem Campo (Ministério da Educação), Projovem Trabalhador e Projovem Urbano.

Feito esse breve histórico, o presente trabalho teve como objetivo identificar os mecanismos ideológicos materializados em discursos que engendram as políticas públicas educacionais ofertadas pelo Governo Federal. Nosso objeto de estudo contempla um dos Programas Educacionais do Governo Federal, que já tem dez anos de existência (2005-2015) intitulado Projovem Urbano³ doravante PJU. O PJU foi criado em 2005, na gestão do PT, tendo início com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante os seus dois mandatos de (2003 a 2006) e (2007 a 2010).

³ Em 2011, no governo Dilma, o programa se mantém e sofre mudanças em torno da gestão, passando a ser executado, em 2012, pelo Ministério da Educação – Decreto 7.649 de 21 de dezembro de 2011 e é desenvolvido no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), em articulação com as políticas de juventude, sob a coordenação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI/MEC - gestora nacional do programa. Desse modo, o programa é executado nos estados e municípios por meio das Secretarias de Educação, sendo gerenciado, em nível Federal, pelo MEC.

Posteriormente, a presidente Dilma Rousseff deu continuidade durante os seus primeiro mandato de (2011 a 2014), e segue com ele durante a vigência de seu segundo mandato (2015 a 2018).

Elencamos como *corpus* de pesquisa os documentos oficiais representados pelo Projeto Político Pedagógico do Projovem Urbano- PPP/PJU, o Manual de Orientações dos Professores, o clipe oficial do programa juntamente com a música: Tempo Perdido- Legião Urbana, tema do PJU, a capa de uma revista informativa sobre o programa – Projovem Urbano em Revista – e três (3) propagandas do programa supracitado, veiculadas nos anos de 2009 e 2010. Para este trabalho, selecionamos apenas uma das propagandas do PJU.

DISCURSO EDUCACIONAL E O RÓTULO DA EQUIDADE

O discurso da burguesia se caracteriza pela proclamação do ideal de igualdade, ao mesmo tempo em que organiza uma desigualdade real (PÊCHEUX; GADET, 1983, p. 37).

As políticas de inclusão⁴ vêm ganhando grande repercussão no campo educacional brasileiro. Conforme Orlandi (2014), tais políticas são voltadas para as minorias. “Faz parte desta contradição, e deste silenciamento, o discurso da inclusão. Minorias e inclusão trabalham juntos, os sentidos de democracia no capitalismo” (ORLANDI, 2014, p. 34). O vocábulo “*minorias*” toma como norte a ideia de inclusão social. Entretanto, esse discurso é atravessado por elementos que percorrem outros sentidos, carregados de dizeres que compactuam com interesses hegemônicos.

Atualmente, as políticas de inclusão aparecem num contexto em que o sujeito clama pela igualdade social, e cujo desfecho se dá dentro de um panorama excludente. Partindo das ideias de Orlandi (2001, p. 36), “O discurso da burguesia se caracteriza pela proclamação do ideal de igualdade, ao mesmo tempo em que organiza uma desigualdade real”. Nessa direção, as políticas de inclusão perpetuam

⁴ Cf: NATIVIDADE, Simone; SILVA, Antonieta Mirian de O; CAVALCANTE, M^a do Socorro A. O. **Políticas de Inclusão: um entremeio discursivo demarcador da exclusão.** In: VI Seminário de Análise do Discurso- SEAD, Porto Alegre/UFRSG, 2013.

projetos que se traduzem numa assistência lacunar, não promovendo uma resolução das mazelas educacionais, permitindo, ao mesmo tempo, que o Estado controle todos os aspectos referentes à educação. Menciona Aristóteles (1958), segundo quem é responsabilidade do “Estado cuidar para que a educação seja uma e idêntica para todos [...] as coisas que interessam à comunidade sejam objeto de um interesse comum” (ARISTÓTELES, 1958, p. 27-28).

De acordo com esses posicionamentos Orlandi (2014) afirma;

[...] o processo de inclusão escolar e social é um “movimento em movimento”, com ramificações em compromissos individuais em prol dos compromissos coletivos, com a pretensão de resolver as insuficiências de um sistema social, se posicionando como um desejo de completude político/educacional (ORLANDI, 2014, p. 9).

As campanhas governamentais são impressas com a ideia de equidade de condições, posicionando a sociedade num jogo em que se idealiza a ideia de pertencimento e identificação àquele *lócus* discursivo. Nesse entremeio, a educação tem se submetido a posturas que direcionam o sistema de ensino, rumo à mercantilização.

Em síntese, em função dessa conjuntura, o Estado controla a Educação ofertada e faz uso de algumas ferramentas jurídicas, tanto para dar direitos como para administrar a forma como esses direitos serão concedidos. O discurso capitalista atrela a educação à lógica da mundialização do capital. Logo, a Educação vira moeda de troca e conseqüentemente, conserva as contradições típicas da sociedade de classes.

PERCURSOS DE ANÁLISE

Elencamos, como dissemos, uma das propagandas do referido programa educacional, veiculadas ente 2009 e 2010, a fim de ilustrar o funcionamento discursivo do PJJ.

PROJOVEM URBANO: OPORTUNIDADES E CONHECIMENTOS

Ao observar a propaganda em questão, percebemos o uso da sequência discursiva (SD): **Para quem tem a vida a ganhar e nenhum tempo a perder**; no centro da gravura, que representa um relógio, temos PROJOVEM URBANO. Funcionando como ponteiros, encontram-se as palavras **OPORTUNIDADE** e **CONHECIMENTO**.



Disponível em: www.projovemurbano.gov.br

Inicialmente, observamos que o fato de as duas palavras (oportunidade e conhecimento) estarem funcionando como ponteiro de um relógio, que remete ao tempo, produz uma ligação com o “título” (SD): **Para quem tem a vida a ganhar e nenhum tempo a perder**. Notamos que todos os alunos estão posicionados justamente num círculo, em uma mesa redonda que, além de representar o “corpo” do relógio, sugere inclusão e igualdade de condições, levando a muitos o entendimento de que há homogeneidade no sistema capitalista, isto é, igualdade de oportunidades. A pirâmide das hierarquias não caberia, pois, em uma propaganda que defende um ensino inclusivo e de qualidade. Observamos ainda que a cada imagem nítida corresponde uma sombra, o que possibilita o entendimento de que, ao ingressar no PROJOVEM, o aluno “sai da sombra”, da obscuridade e adquire visibilidade, haja vista que passa a ser incluído na sociedade. Isso se dá quando os jovens têm a “**oportunidade**” de apropriarem-se do “**conhecimento**” que o programa oferece.

A **SD: “Para quem tem a vida a ganhar”** dá a entender que o PROJOVEM é a possibilidade para quem quer “ganhar a vida”. Recorre-se aí a um pré-construído segundo o qual “ganhar a vida é ganhar dinheiro”, “dar um rumo à sua vida”, “conseguir um emprego”. O tempo de formação do Aluno/Projovem é de 18 meses. No ensino regular, essa formação seria feita em nove (9) anos; na EJA, em seis (6) anos representados em fases que vão do 1ª a 6ª fase. No Projovem, esse tempo é reduzido em 18 meses - menos da metade. Nesse caso, há uma economia de investimento e um aligeiramento na formação que adota uma perspectiva intrincada ao efêmero e ao descontínuo. No entanto, esse aligeiramento é silenciado/camuflado com o discurso de **“nenhum tempo a perder”** que faz referência ao pré-construído: “tempo é dinheiro”. Ou seja, para que “perder tempo”, cursando o Ensino Fundamental regular em nove anos, se o Projovem oferece a oportunidade de fazer em 18 meses? Por fim, outro aspecto sugerido pelo programa propõe que o sujeito terá acesso imediato ao emprego, e tudo será resolvido num tempo mínimo, com formação adequada ao mercado de trabalho. O discurso usado nas propagandas do PJU traz a justificativa de investir cada vez menos na educação, enquanto a “educação de qualidade” não passa de promessas de campanha política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário pontuar que a trajetória educacional no Brasil vem sofrendo transformações estruturais, reformas de ensino que favorecem o sistema político e econômico do país. Como bem menciona Frigotto (1993, p.10), a Educação “[...] apresenta-se historicamente como um campo de disputa hegemônica”. Dessa disputa, nasce uma espécie de *“apartheid educacional”*. Na concepção de Leher (2008, p. 46), essa terminologia gera um genocídio intelectual que faz crescer cada vez mais a distância entre ricos e pobres, entre classe dominante e dominada. Esse genocídio intelectual, além de distanciar as classes sociais umas das outras, provoca o aumento das desigualdades sociais.

Os resultados conclusivos de nossa pesquisa apontam que o Projovem Urbano, surgido como alternativa de conclusão do Ensino Fundamental, aposta na

inclusão social, digital e produtiva. Dentre essas propostas, o ponto crucial do programa é inserir o jovem no mercado de trabalho, isso é constatado nos dizeres referentes à qualificação profissional, na propaganda do PJU analisada. No entanto, observamos que esse jovem não alcança seus objetivos e a maioria acaba permanecendo na informalidade. Além disso, a bolsa de 100 reais mensais atrai grande parte desses jovens, alguns pela necessidade, outros pelo incentivo. Entretanto, apesar dessa bolsa, um grande número de alunos evade, comprovando que o PJU não sustenta a proposta impressa nos documentos oficiais do programa.

O campo educacional brasileiro tem concebido programas que dão preferência aos jovens em situação de vulnerabilidade e escolaridade incompleta. Para Cavallari (2014), os elementos que remetem à inclusão social “[...] (con)formam e engendram o dizer-fazer [...] que] sugere a naturalização de verdades discursivamente construídas e que se materializam no/pelo macrodiscurso político-educacional” (CAVALLARI, 2014, p. 26). Assim, os movimentos de inclusão são materializados em um cenário voltado para o dualismo educacional, conservado, atualmente, numa sociedade imediatista, “apreendida no efêmero, no molecular, no descontínuo, no fragmentário” (NETTO, 2010, p.14).

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Politics*. Tradução para o inglês por H. Rackam. London: William Heinemann, 1958.

BRASIL, Presidência da República. *Decreto n. 6.629, de 4 de novembro de 2008*. Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem. Instituído pela Lei no. 11.129, de 30 de junho de 2005, e regido pela Lei no. 11.692, de 10 de junho de 2008, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 de novembro de 2008; seção 1, p. 4.

_____. *Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano*. Brasília. Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano. Março, Brasília, 2008.

CAVALCANTE, M^a do Socorro Aguiar de Oliveira. *Qualidade e Cidadania nas Reformas da Educação Brasileira: o simulacro de um discurso modalizador*. Maceió, Edufal, 2007.

GADET, F. & PÊCHEUX, M. *A língua inatingível*. Trad. B. Mariani e M. E. G. de Mello. Campinas: Pontes, 2004

LEHER, Roberto. *Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária*. RJ/ Set./Dez. 2008 v. 13 n. 39 Revista Brasileira de Educação- ANPED.

NETTO, José Paulo. *Uma face contemporânea da barbárie*. III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”. Serpa, 30-31/ 10/2010.

ORLANDI, Eni & FERREIRA, Eliana Lucia (Orgs). *Discursos sobre a inclusão*. Niterói Intertexto, 2014.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad.: E. P. Orlandi et al. 3ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 (título original: Les Vérités de la Palice, 1975).